

# Prazo de dois anos para ajuste

As demissões serão uma consequência inevitável dos limites impostos pela Lei Camata, na opinião da ministra de Administração, Cláudia Costin. A lei limita os gastos com pessoal a 60% da receita líquida do Distrito Federal, estados e municípios. Para a União, o limite será de 50%. A ministra afirma que há estados com até 95% de sua arrecadação e transferências reservados para o pagamento de pessoal. "Existem estados que estão desajustados e que terão que demitir", destaca.

Cláudia garante que não há possibilidade do governo federal demitir servidores. "A administração federal já está ajustada. Hoje nós temos apenas 42% de comprometimento da receita líquida com despesa de pessoal. Não precisaremos adotar essas medidas", afirma.

Ela adverte que, para evitar que os governadores usem de artifícios para burlar a Lei Camata, o governo tomou alguns cuidados. Um deles foi a redação do terceiro parágrafo do artigo 2 do projeto de lei complementar. O dispositivo determina que os encargos sociais, inclusive as contribuições para entidades de previdência, devem ser incluídos nas despesas com pessoal. Segundo a ministra, alguns governadores poderiam excluir esses gastos do cálculo e, dessa forma, *maquiar* os dados apresentados.

Cláudia lembra que os governadores terão dois anos para se ajustar às metas do Programa de Estabilidade Fiscal, anunciado quarta-feira pelo governo. Enquanto eles não estiverem ajustados às regras, não será permitido fazer contratações de qualquer tipo e substituir pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança. "O pacote do governo serve como um 'rol de procedimentos' oferecido aos governadores para sanear as finanças", explica.

## CONTAS

Segundo a ministra, a demissão de funcionários públicos é apenas uma das medidas que poderão ser adotadas para equilibrar as contas. "Antes de demitir, será possível cortar despesas, reduzindo jornada de trabalho e salários." Essa redução na jornada está prevista em projeto de lei complementar que o governo deve enviar hoje ao Congresso Nacional. Dois terços do ajuste terão de ser feitos no primeiro ano de vigência da lei. O restante, no segundo ano.

Será enviado ainda outro projeto de lei para a Câmara e o Senado, prevendo a redução do percentual da aplicação do teto da Lei Camata — de 60% para 50% — no orçamento do governo federal.

Cláudia pediu o empenho do Congresso para a aprovação das medidas do ajuste fiscal. "Nós vivemos em uma democracia, esperamos que o Congresso se pronuncie sobre o ajuste", disse. "Agora, com certeza, a situação do País é muito grave e ninguém agüenta mais os juros altos."